

Kant e o problema do mal radical*

Kant and the problem of radical evil

Emerson José da Cunha**

Resumo

O presente artigo se propõe a compreender uma das diversas tentativas de resposta para uma questão que há tempos nos desafia: o problema do mal. Buscamos em Immanuel Kant, mais precisamente na primeira parte de seu texto "A Religião nos limites da simples razão", uma reflexão que nos aponte um possível caminho. Kant faz um itinerário reflexivo bastante interessante, propondo a possibilidade de articulação entre a natureza humana com sua disposição originária para o bem, mas, ao mesmo tempo, propensa ao mal; e a liberdade do indivíduo para ativar ou não essa disposição originária e reter a má predisposição, remetendo, assim, a origem do mal no mundo à responsabilidade humana.

Palavras-chave: Immanuel Kant. Mal. Propensão. Liberdade. Responsabilidade.

Abstract

This article proposes to understand one of several attempts to answer a question that has long challenged us: the problem of evil. We seek in Immanuel Kant, more precisely in the first part of his text Religion within

* Artigo recebido em 31/08/2017 e aprovado para publicação em 24/10/2017.

** Mestre em Teologia pela FAJE.

the Limits of Reason Alone, a reflection that points us to a possible path. Kant makes a thoughtful itinerary quite interesting, proposing the possibility of articulation between human nature with its original disposition for good, but at the same time, prone to evil; and the freedom of the individual to activate or not this original disposition and to retain the bad predisposition, thus referring the origin of evil in the world to human responsibility.

Keywords: Immanuel Kant. Evil. Propensity. Freedom. Responsibility.

Introdução

Com certeza, o problema do mal é questão que já ocupou o pensamento de todo ser humano. Desde o mais erudito até o mais simples mortal já deve ter se interrogado sobre esta realidade: a origem e o porquê do mal no mundo.

A felicidade parece ser um desejo universal. A experiência mostra que todo ser humano quer ser feliz. No entanto, o que se constata é que apesar desse desejo, o mal acompanha a humanidade desde os primórdios em suas mais diferentes facetas, como por exemplo, a dor, o sofrimento, o pecado e a morte. É uma realidade experimentada constantemente. De repente, encontra-se o homem diante do injustificável e o sentido da vida parece esvair-se por entre os dedos.

A história humana e a filosofia registram várias tentativas de explicação ao problema do mal. Desde os mais antigos mitos até as ciências humanas modernas, passando por grandes pensadores e escolas filosóficas, o homem segue em busca de uma solução cabal para o problema do mal. A todas as respostas, no entanto, seguem lacunas.

O que nos propomos nesse breve artigo é compreender uma dessas tentativas de resposta para esse problema que há tempos nos desafia.

Buscamos em Immanuel Kant, mais precisamente na primeira parte de seu texto "A Religião nos limites da simples razão", uma reflexão que nos aponte um possível caminho na superação ou, pelo menos, na melhor compreensão da frustração do nosso desejo de felicidade.

No texto supracitado, Kant faz um caminho reflexivo bastante interessante, propondo a possibilidade de articulação entre a natureza humana, com sua disposição originária para o bem, mas, ao mesmo tempo, propensa ao mal, e a liberdade do indivíduo para ativar ou não essa disposição originária e reter a má predisposição, remetendo, assim, a origem do mal no mundo à responsabilidade humana.

Para Kant, o mal tem suas raízes fincadas no exercício da liberdade humana, que pode escolher entre efetivar a disposição originária para o bem ou dar vazão à inclinação natural para o mal.

O discurso sobre o mal se assemelha ao discurso sobre Deus. Fala-se a partir do que se experimenta “às apalpadelas”. Pronuncia-se como quem está no escuro e não pode ver totalmente, mas se experimenta com as mãos e, a partir daí, se tem algo a dizer. Sobre Deus, é provável que ele seja mais do que aquilo que dele se afirma. Sobre o mal, é desejável que ele seja menos do que aquilo que dele se diz. Sobre ambos, no entanto, ainda não se pode dizer tudo. Há sempre lacunas. É preciso, então, em dado momento, dar lugar ao silêncio. Porém, só se deve fazer isso, depois do esforço honesto e sincero de falar. Antes, o silêncio é preguiçoso. A reflexão kantiana segue na tentativa de falar, e, como se verifica no final, encontra a necessidade de se calar. Não consegue dizer tudo. O silêncio necessário do final é, contudo, digno e respeitoso.

1. O problema do mal radical

A filosofia kantiana e seu envolvimento com a questão sobre o mal, como a percebemos no texto “A religião nos limites da simples razão”, quer dar conta do conflito entre liberdade e natureza humana portadora de certa propensão para o mal. Kant pretende mostrar o fundamento dessa propensão e, ao mesmo tempo, articulá-la com a noção de liberdade e responsabilidade humanas. Segundo Correia

Kant busca dar conta da complexa relação entre o respeito pela lei moral e o amor-próprio na definição do móbil para a ação. Se vê diante da dificuldade de ter de articular natureza e liberdade e ainda que a noção de mal radical possa conservar algumas ambiguidades, permite conceber uma noção de responsabilidade compatível com uma inata propensão para o mal. (2005, p. 83).

A primeira parte do texto kantiano, objeto desse nosso estudo, tem início com a apresentação de uma constatação: a presença do mal no mundo. Desde sempre se percebe essa presença. É, segundo Kant, uma queixa antiga. Apesar disso, quem quer falar sobre a origem do mundo, sempre começa fazendo-o surgir do bem. Afirma-se, comumente, que ele foi criado bom e depois decaiu para o mal.

Nosso filósofo apresenta uma ideia que, segundo seu entendimento, é mais nova e menos difundida e faz o caminho contrário da opinião comum, ou seja, afirmando que o mundo vai do mal para o bem. Esse parece ser

um pensamento bastante próprio do Iluminismo, em cujas ideias Kant encontrou inspiração para seu filosofar.

Mais nova, mas muito menos difundida, é a opinião heroica contrária que encontrou assento só entre filósofos e, na nossa época, sobretudo entre pedagogos: que o mundo progride precisamente na direção contrária, a saber, do mau para o melhor, de forma ininterrupta (se bem que dificilmente perceptível), que pelo menos se encontra no homem a disposição para tal. (KANT, 2006, p. 26).

No entanto, nosso pensador parece não concordar com essa teoria e afirma que há no homem uma disposição para o bem. Discordando do dito acima, Kant propõe outra questão: a possibilidade de as duas opiniões antes mencionadas estarem equivocadas e, assim, existir um meio termo; ou seja, a chance de o homem ser nem bom nem mau ou ser as duas coisas ao mesmo tempo. O rigorismo kantiano não tolera esse meio-termo moral e “requer a concepção de uma propensão universal para o mal, pois a nossa natureza sensível impõe que sejamos não apenas agentes morais autônomos, mas também sujeitos a desejos e inclinações não completamente controláveis ou assimiláveis aos ditames da moralidade”. (CORREIA, 2005, p. 89). E apresenta sua definição de homem mau: aquele que por seus atos se deixa incluir máximas más ou princípios maus. Há no homem uma predisposição natural para ceder às suas apetições; trata-se de um mal intrínseco à natureza humana.

O fundamento do mal é uma máxima má. O mal, na filosofia kantiana, não parece ser um ser em si, ontologicamente constituído; nem é um impulso natural. É uma regra que o arbítrio institui para si no uso da liberdade. Nessa máxima instituída para si pelo próprio arbítrio, deve ser buscado o fundamento do mal.

O primeiro fundamento para a adoção de máximas más está posto no indivíduo antes do uso da liberdade. Conforme Adriano Correia,

quando Kant afirma que há uma disposição natural para o mal no homem, está se referindo ao fato de que, para o uso da liberdade, o homem sempre admite uma máxima fornecida a si mesmo pelo arbítrio, e de que a qualidade boa ou má das máximas adotadas está de antemão determinada pelo insondável primeiro princípio de sua aceitação, que poderia ser atribuído universalmente ao homem. (2005, p. 84).

Ainda que a experiência pareça confirmar o meio-termo e afirmar que o homem é bom em algumas coisas e mau noutras, Kant discorda e apresenta a lei moral.

A lei moral é dada *a priori* no indivíduo; é inata. Ela é o motivo que deve impulsionar as ações humanas. O sujeito deve se deixar motivar, em seus atos, por essa lei. O arbítrio humano não pode ser determinado por nenhum outro móbil; ele só será determinado quando o sujeito admitir algum móbil em sua máxima. E se a lei moral for admitida, será transformada em regra universal. Nesse sentido, a lei moral é, por si mesma, móbil, e quem a assume como máxima no arbítrio é moralmente bom. Se, ao contrário, o homem admite em sua máxima um móbil mau, será moralmente mau. Note-se que o indivíduo precisa fazer uso da liberdade e admitir a lei moral como máxima do arbítrio. O fato de ela ser dada *a priori* não determina o arbítrio humano. De modo que, o primeiro fundamento para a adoção de máximas, boas ou más, é o uso integral da liberdade.

Conforme dissemos antes, Kant faz parte do grupo dos que acreditam que o mundo declina do bem para o mal. Foi criado bom e tornou-se mau. Acredita, ainda, que a disposição originária no homem é para o bem, não para o mal. A partir dessa convicção analisa o homem quanto ao seu fim e apresenta três elementos da determinação humana, a saber: disposição para a animalidade, disposição para a humanidade e disposição para a personalidade.

A disposição para a animalidade diz respeito ao homem como ser vivo; é instintiva e desprovida de razão. Diz do amor que o homem sente por si mesmo em vista de sua autoconservação, da propagação da espécie e da vida em sociedade. Nessa disposição se podem enxertar vícios chamados "da brutalidade humana" ou bestiais que são a gula, a luxúria e a ausência da lei.

A disposição para a humanidade possui razão prática. Ela também diz respeito ao amor que o homem sente ou tem por si mesmo, mas, nessa disposição é amor que compara: o homem deseja obter dessa comparação um valor para si na opinião dos outros. O valor será sempre o da igualdade; sempre se perceberá igual e não concederá a ninguém superioridade sobre si mesmo. Aqui se podem enxertar os vícios chamados "da cultura" ou diabólicos que são a inveja, a rivalidade e a ingratidão.

E, por fim, a disposição para a personalidade, que possui razão legisladora, isto é, a faculdade de determinar o arbítrio. Corre-se o risco de pensar que essa disposição deveria estar contida na antes mencionada, uma vez que na anterior já está presente a razão prática. No entanto, para Kant, ao fato de um ser ter razão não segue que essa razão tenha a faculdade de determinar o arbítrio. Essa disposição é a suscetibilidade ao respeito à lei moral; trata-se da razão prática incondicionalmente legisladora tornando-se único móbil do arbítrio. Aqui o arbítrio admite o sentimento moral na sua máxima e nenhum vício se pode enxertar.

Todas essas disposições são boas e tendem para o bem, isto é, não são contrárias à lei e são originárias porque pertencem à possibilidade da natureza humana. O homem não é homem sem elas. Ele pode servir-se das duas primeiras contrariamente ao seu fim, mas, a nenhuma pode extirpar, porque são originárias.

Depois de mostrar que a disposição originária no ser humano é para o bem, Kant fala de uma propensão para o mal, também presente na natureza humana. Note-se que se trata apenas de uma predisposição, uma inclinação. Não é algo que determina o arbítrio. Assim afirma Kant: "por propensão (propensio) entendo o fundamento subjetivo da possibilidade de uma inclinação. É, em rigor, apenas a predisposição para a ânsia de uma fruição" (2005, p. 34).

Nosso pensador distingue três diferentes graus de propensão que são, também, fontes do mal moral, a saber: a fragilidade humana, a impureza e a malignidade.

A fragilidade humana é a fraqueza na observância das máximas. Ela diz respeito ao arbítrio que não é forte o bastante para observar e cumprir as máximas. Conhece a lei, mas não consegue cumpri-la. Lembra o Apóstolo Paulo, na Carta aos Romanos: "não faço o bem que quero e faço o mal que não quero" (7,19). Esse seria o primeiro grau do mal radical.

A impureza do coração humano diz respeito à não acolhida da lei moral como móbil suficiente para a ação. Precisando de outros motivos para agir, o homem acaba por misturar móveis morais com móveis imorais. Assim, as ações conforme o dever não são realizadas puramente por dever.

E o terceiro estágio do mal radical é a malignidade que pode ser chamada de "estado de corrupção" do coração humano. É uma inclinação ou uma tendência em colocar a lei moral como subordinada ou inferior a outros móveis não morais. É a inversão da ordem moral. Quando o sujeito humano se deixa conduzir por esse terceiro grau de propensão para o mal, seu pensamento é corrompido na raiz e, por isso, é designado como mau. O homem pode resistir a essa predisposição, pois, não se trata de uma determinação. Daí que, para Kant, o mal deriva da liberdade. "Nada é moralmente mau exceto o que é nosso próprio ato" (KANT, 2006, p. 37).

Em todos esses estágios, há a possibilidade de que se deem ações conforme à lei, mas ainda que pratique apenas boas ações o homem é, nesses casos, sempre mau. O que distingue um homem bom de um homem mau não é propriamente o conteúdo do que cada um admite em suas máximas, mas a ordem de subordinação que um ou outro admite como princípio supremo de determinação de todas as máximas, ou seja, um homem é verdadeiramente mau quando reverte a ordem dos motivos, quando submete a lei moral a uma lei do amor

próprio ou da felicidade. Esse mal é radical, diz Kant “porque corrompe o fundamento de todas as máximas; ao mesmo tempo também, como propensão natural, não pode ser extirpado por forças humanas”, o que não desobriga da tarefa constante de tentar dominá-lo (CORREIA, 2005, p. 91).

Quando se afirma que o homem é mau por natureza, se está dizendo, segundo o pensamento kantiano, que o sujeito conhece a lei moral e a ignora. Não significa que ele está, desde sempre, determinado para o mal. Não há determinação; há predisposição que pode não se realizar. Aqui fica latente a tentativa kantiana de articular natureza e liberdade e a busca por uma noção de responsabilidade que seja compatível com uma predisposição inata para o mal. Assim, dizer que o homem é mau por natureza é afirmar que ele acolhe em seu arbítrio, máximas contrárias à lei. Segundo Correia, “a doutrina do mal radical é uma tentativa de dar uma fundamentação filosófica adequada à liberdade moral, e ao mesmo tempo, de tornar possível a concepção da responsabilidade pelos atos não conformes à lei moral” (2005, p. 85).

O mal radical inato é uma inclinação natural para o mal presente na raiz do ato, isto é, presente na intenção da ação. E sendo apenas uma propensão, pode ocorrer que nunca se realize de fato, se o sujeito humano, fazendo uso de sua liberdade não o experimentar.

Para Kant, importa notar que o termo inato indica que a disposição de ânimo boa ou má e a adoção de um fundamento bom ou mal como máxima segundo a qual alguém quer se comportar não é adquirida no tempo, mas é não apenas adotada pelo livre-arbítrio, como também se refere universalmente ao uso total da liberdade (CORREIA, 2005, p. 84).

O homem é mau quando inverte a ordem moral; quando toma para si como superior o que é moralmente inferior; quando faz da lei moral um motivo menos importante para sua ação. Se nenhum outro motivo agisse em sentido contrário à lei moral no homem, ele seria moralmente bom.

Ao tratar do mal radical na natureza humana, Kant faz uma diferenciação entre maldade e malignidade. Maldade seria uma disposição da alma, o que não é possível para Kant, pois a disposição é para o bem e só precisa ser ativada. E malignidade é a perversão do coração que é originalmente bom. É por isso que essa perversidade pode coexistir com uma boa vontade, porque originalmente o coração humano é bom. Ele perverte-se enquanto o homem vive. E perverte-se por causa dos dois

primeiros graus da propensão para o mal: a fragilidade humana e a impureza, ou seja, a fraqueza na observância dos princípios que adotou e a mistura de móveis morais com móveis imorais. Assim afirma Kant:

A malignidade da natureza humana não deve, portanto, chamar-se *maldade*, se esta palavra se toma em sentido estrito, a saber, como uma disposição de ânimo (*princípio* subjetivo das máximas) de admitir como móbil o mal *enquanto mal* na própria máxima (pois ela é diabólica), mas antes *perversidade* do coração, o qual, por consequência, se chama um *mau coração*. Este pode coexistir com uma vontade boa em geral e provém da fragilidade da natureza humana – de não ser assaz robusta para a observância dos princípios que adotou – associada à impureza de não separar uns dos outros (2006, p. 43).

Perguntando-se pela origem do mal radical na natureza humana, Kant assegura que não convém colocá-la em algo hereditário, como que chegado ao ser humano por herança. Segundo o pensador alemão, a ação humana é livre e não está determinada por nenhuma causa. Com isso, Kant não se pergunta pela origem temporal do mal, apenas por sua origem racional. Não parece preocupado com quando começou o mal no mundo, mas com sua causa. Não interessa se o mal começou a existir junto com o mundo ou se surgiu posteriormente. Importa saber como começou. Em termos kantianos,

não podemos perguntar pela origem temporal deste ato, mas devemos indagar somente a sua origem racional, a fim de determinar e, se possível, explicar por ela a propensão, isto é, o fundamento subjetivo universal da admissão de uma transgressão na nossa máxima, se é que existe tal fundamento (2006, p. 47).

No pensamento kantiano, o mal tem início com a transgressão da lei moral como mandamento divino; sua origem é o uso do livre arbítrio. Mas essa propensão inata para o mal não determina o agir. Apesar da predisposição, a liberdade do arbítrio continua, não está determinado. No entanto, a origem dessa propensão permanece impenetrável. O homem é caído no mal, não corrompido em seu fundamento. Isso faz recordar o mito adâmico (Gn 3,1-6) no qual o mal simplesmente aparece sem explicação para sua origem. Segundo esse relato bíblico, tudo o que Deus criou é bom, no entanto, o mal aparece lá.

O discurso kantiano apresenta um tom otimista quando afirma que a disposição originária no homem é para o bem e suscetível de melhoramento, ou seja, o homem é caído no mal, mas não está perdido, pode se restabelecer.

Ainda que se possa afirmar que haja uma propensão universal para o mal na natureza humana, pensa Kant, não se pode negar a disposição originária para o bem na natureza humana, a lei moral como princípio objetivo do agir em todo ser racional, é não apenas presumível, mas também inextirpável (CORREIA, 2005, p. 90).

É com esse tom otimista que Kant encerra a primeira parte do texto “A Religião nos limites da simples razão”, afirmando o restabelecimento da disposição originária para o bem na natureza humana. Ser bom ou ser mau é efeito do livre arbítrio, ou seja, o homem pode escolher. A propensão inata para o mal não o determina. A disposição originária é para o bem e só precisa ser ativada, assim, a predisposição para o mal não se realizará. O homem foi criado bom e para o bem. E será, de fato, um ou outro, dependendo de quais móveis impulsores admitirá em sua máxima. Ele é bom em sua origem e precisa fazer-se bom em seus atos; precisa efetivar a disposição originária para o bem, ou seja, deve tornar-se melhor.

Restabelecer a disposição originária para o bem é instaurar a pureza da lei; é fazer da lei moral o fundamento supremo das máximas. É fazer da lei moral o motivo impulsor que subordina todos os demais móveis impulsores da ação. É tornar a lei um móbil impulsor suficiente por si da determinação do arbítrio. E assim, a virtude vai sendo adquirida aos poucos; vai passando-se da inclinação ao vício, à virtude. “Essa restauração só é possível através de uma revolução no caráter, promovida pelo próprio homem, como a gerar seu próprio nascimento sob o aspecto de um homem novo, mas não a partir de um princípio determinante e sim da sua própria liberdade de escolha” (CORREIA, 2005, p. 92).

Para se adquirir a virtude é preciso mudar os costumes, não o coração. O coração é originariamente bom; perverteu-se com as escolhas feitas, mas pode retornar à disposição original com a mudança dos costumes. Assim afirma Kant:

A virtude neste sentido adquire-se *pouco a pouco* e, para alguns, designa um longo costume (na observância da lei) graças ao qual o homem, através de reformas graduais do seu comportamento e da consolidação das suas máximas, transitou da inclinação ao vício para uma propensão oposta. Ora para tal não é necessária sequer

uma *mudança do coração*, mas unicamente uma transformação dos costumes (KANT, 2006, p. 53).

Segundo o pensamento kantiano, proposto no texto que nos dispusemos estudar, ser moralmente bom é conhecer o dever e não precisar de nenhum outro motivo impulsor além da representação do próprio dever. É cumprir o dever pelo que o próprio dever significa. É não necessitar de recompensa, reconhecimento, elogio ou bajulação para cumprir o que se deve cumprir. Ser bom é cumprir o que é devido adotando a lei moral como máxima suprema do arbítrio.

Considerações finais

Diante da reflexão kantiana sobre a problemática do mal, especialmente a exposta no texto "A Religião nos limites da simples razão", objeto desse estudo, a necessidade de duas precauções nos vem à mente: o perigo do anacronismo e a tentação do "fetichismo".

Chamamos aqui de "anacronismo" o perigo de interpretar a época presente única e exclusivamente a partir de teorias passadas, absolutizando-as como a última palavra possível a respeito de determinado assunto.

Por "fetichismo" entendemos a recusa em aplicar à época atual conceitos e reflexões de épocas diferentes, como se tudo o que se tenha dito antes fosse totalmente descartável.

Uma e outra atitude devem ser evitadas.

Não há dúvidas de que Kant ofereceu uma grande contribuição à reflexão filosófica sobre a questão do mal. Seu esforço por estabelecer uma relação, ainda que complexa, entre o respeito à lei moral inata no homem e o amor que esse mesmo homem sente por si próprio na definição dos motivos para sua ação; sua tentativa de identificar o fundamento da propensão natural para o mal presente no sujeito humano e sua articulação com a liberdade, permitindo, assim, encontrar uma ideia de responsabilidade compatível com a noção de mal radical inato é, sem sombra de dúvidas, um grande avanço na reflexão sobre tão difícil questão. Por isso o "fetichismo" deve ser evitado. Há muito que se aproveitar no pensamento kantiano hoje ainda.

A relação natureza humana e liberdade proposta por Kant joga luz em muitas situações obscuras do nosso tempo. O sujeito moderno tende a se esquivar das consequências de seus maus atos dizendo que nem sempre é responsável pelo que faz porque o modo como se comporta é próprio de sua natureza ou ainda tenta colocar a responsabilidade do que faz em forças fora dele mesmo como demônios ou coisa parecida. Dito de outro modo,

tenta se “desresponsabilizar” ao máximo. Diante disso, Kant propõe uma articulação entre natureza, liberdade e responsabilidade muito procedente para os dias atuais.

No entanto, o pensamento kantiano fica devendo em outros aspectos e, por isso, é preciso evitar também o anacronismo. Seu pensamento não pode ter a palavra final. Ainda há muito que refletir. Kant restringe sua reflexão em torno da questão do mal moral. Não toca o melindroso problema do mal físico e metafísico. O conceito de mal é polissêmico e nele encontram-se vários significados como pecado, sofrimento e morte. No que diz respeito aos dois últimos significados, há uma verdadeira lacuna no pensamento kantiano. O único que podemos afirmar, a partir do pensamento kantiano, em relação ao mal metafísico é que não se trata de um ser ontologicamente constituído de cuja ação não se pode fugir; é antes, responsabilidade humana. Quanto ao sofrimento e a morte resta o silêncio.

Apesar dessa lacuna, a reflexão kantiana é bastante otimista em relação à superação do mal moral. O pensador alemão deixa uma porta de esperança aberta ao homem quando afirma que ele é bom em origem e só precisa efetivar essa disposição originária para o bem. O indivíduo humano é caído no mal, mas não está perdido, pode melhorar.

Ainda que não responda a todas as indagações que se tem a respeito dessa questão que desde sempre nos desafia, Kant ajuda a dar largos e importantes passos na busca de sentido para a vida humana e da felicidade tão desejada nesse mundo apesar da dor, do sofrimento e da morte.

Referências

CORREIA, Adriano. *O conceito de mal radical*. São Paulo: Trans/Form/Ação, 2005. v 28(2), p. 83-94.

KANT, Immanuel. *A Religião nos limites da simples razão*. Tradução Ciro Mioranza. São Paulo: Escala Educacional, 2006. p. 09-59.